



Que perguntas faria ao Governo se fosse deputado?

O debate do Orçamento do Estado para 2016 começa hoje. Empresários, economistas, patrões, sindicalistas e fiscalistas dizem o que pensam do documento e as questões com que confrontariam o primeiro-ministro.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7





Que pergunta faria ao Governo se fosse deputado?

O Negócios lançou o desafio a empresários, economistas, fiscalistas, patrões e sindicatos. Em dia de discussão de Orçamento do Estado no Parlamento, vale a pena ler as perguntas que gostariam de colocar a António Costa e Mário Centeno.

Empresários

Coro de críticas à retirada de apoios à exportação

Os empresários nacionais estão desiludidos com a opção do Governo de fazer da procura interna o principal motor de crescimento da economia, acusando-o de retirar apoios à internacionalização das empresas.

O designio nacional chamado exportações, cujo contributo nos últimos sete anos passou de 28% para 42% do PIB, promete perder gás com o actual Governo, que inscreveu no Orçamento do Estado (OE) um cenário macroeconómico que faz da procura interna o principal motor de crescimento da economia. Os empresários constatarem e mostram-se incrédulos.

"Não acha que este modelo económico defendido neste OE é frágil e não sustentável a termo, dependendo fortemente do consumo interno?", seria a questão colocada ao Governo por João Miranda, presidente da Frulact, caso estivesse sentado na bancada de deputados, no Parlamento, nesta segunda-feira, 22 de Fevereiro.

Ao invés, este empresário defende a necessidade de "dar dimensão às nossas empresas, continuando a estimulá-las a exportar e a internacionalizar, para que aumen-

tem os seus níveis de competitividade, dando músculo à sua actividade empresarial, criando mais e melhor emprego".

Daí que o líder da Frulact, que tem seis fábricas em dois continentes e factura 120 milhões de euros, lamenta que o OE para 2016 "considere um abrandamento das exportações e um menor financiamento da AICEP e, consequentemente, das políticas de apoio à internacionalização".

O presidente do maior grupo industrial português de calçado também faz do corte dos apoios à internacionalização das empresas a sua principal crítica a este OE. "Neste matéria, os incentivos foram reduzidos de 75% para 45% no actual quadro comunitário de apoio, pelo que as empresas têm de suportar o dobro dos custos para participar, por exemplo, em feiras no estrangeiro", aponta Fortunato Frederico.

Mais: "As grandes empresas ficaram mesmo de fora, pelo que têm de assumir integralmente todos os custos da sua aposta na internacionalização", acrescenta o dono do grupo Kyaia (detentor de marcas como a Fly London), um dos prejudicados pelas novas regras do Portugal 2020. O foco no apoio às exportações é ainda subscrito por Carlos Barbot, presidente da Tintas Barbot, que propõe uma via inovadora, como a criação de "um veículo que compensasse o comércio internacional", dando como exemplo "o pagamento de petróleo a Angola com bens portugueses".

Já Rodrigo Leite, dono da marca de calçado Paulo Brandão, manifestou a sua indignação por "o Governo mudar os nomes e as taxas aos impostos, como a dos combustíveis, mas manter a mesma carga fiscal imposta pelo anterior Governo". ■

RUI NEVES

“

Não acha que o modelo económico defendido neste OE não é sustentável, dependendo fortemente do consumo interno?



JOÃO MIRANDA
Presidente da Frulact

O que é que tenciona fazer para potenciar o crescimento da economia, que tão importante é para o cumprimento do Orçamento?



CARLOS BARBOT
Presidente da Tintas Barbot

“

As ajudas à internacionalização das empresas baixaram. Que apoios tem previstos para impulsionar as exportações?



FORTUNATO FREDERICO
Presidente do grupo Kyaia

É ou não verdade que mantém a mesma carga fiscal imposta pelo anterior Governo, tendo mudado apenas nomes e taxas?



RODRIGO LEITE
Presidente da empresa que detém a marca Paulo Brandão

PRIMEIRA LINHA **ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016****Economistas****Uma grande preocupação com os impostos**

É a alteração mais citada pelos economistas: não aumentar impostos. O Governo aliviou o IRS sobre as famílias, mas agravou impostos indirectos e o IRC.

Embora o IRS seja aliviado para as famílias, travar o aumento de impostos é a principal alteração que os economistas fariam ao Orçamento do Estado para 2016.

"Um Governo socialista deveria optar por actuar pelos impostos directos e não pelos indirectos", refere João Duque, ex-presidente do ISEG. Miguel Beza, antigo ministro das Finanças, discorda da descida do IVA da restauração, mas defende que outros impostos indirectos, como o ISP, o ISV ou o impostos sobre o tabaco não deveriam ser agravados. O economista Ricardo Arroja tem uma opinião semelhante, mas concentra-se no IRC, argumentando que o Executivo de António Costa não deveria reverter as alterações introduzidas no IRC, que aliviaram a carga fiscal sobre as empresas.

Nem todos os economistas têm a mesma opinião. Nuno Teles, investigador da Universidade de Coimbra, acha que as prioridades deveriam ser outras, defendendo um orçamento que "estimule a economia, ou seja, que não obedeça às regras orçamentais da UE, não reduzindo o défice". O dinheiro, argumenta, deveria ser

utilizado para investimento público que crie emprego, "preferencialmente em sectores de substituição de importações, como as energias renováveis e para o progresso dos serviços públicos".

Em relação às perguntas que fariam ao ministro das Finanças, houve maior diversidade. Nuno Teles perguntaria como é que, sendo "restritivo", este orçamento responde "ao principal problema da economia portuguesa, o desemprego?"

Mais concentrado nas autarquias, Ricardo Arroja gostaria de saber se o Governo "tenciona fazer alguma alteração à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso?". Já Miguel Beza optava por perguntar a Mário Centeno "que mecanismos de controlo tem para assegurar que os tectos de despesa são cumpridos?"

A pergunta de João Duque provavelmente já exigiria a troca de ficheiros excel. O economista "gostava de conhecer o modelo que prevê um aumento de 5% do investimento, num contexto de anúncios [de medidas], discursos contra as privatizações e mais força para os sindicatos". ■ NA

Fiscalistas**OE vai longe demais nas alterações de cariz tributário**

“ “ “

Se o andamento das receitas fiscais for decepcionante, o que pondera fazer? Um novo aumento enorme de impostos?



ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA
Advogado e fiscalista

Porquê alterar o regime de 'participation exemption', colocando Portugal em desvantagem competitiva?



SAMUEL FERNANDES DE ALMEIDA
Advogado e fiscalista

Que alterações prevê fazer em sede de IRS durante a legislatura, em particular em relação ao e-fatura?



LUÍS LEON
Fiscalista e partner da Deloitte

Previsões de receita que dificilmente se concretizarão, alterações que deixarão o país em desvantagem competitiva e regras com aplicação retroactiva preocupam fiscalistas.

Seja no IRS, seja no IRC, seja na ausência de medidas que melhorem a relação dos contribuintes com a Administração Fiscal, os fiscalistas ouvidos pelo Negócios elencam um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento do Estado (OE), na origem das quais estão outras tantas críticas às opções do Governo. Rogério Fernandes Ferreira, que foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do último Governo de Guterres, lança a primeira dúvida: e se a receita fiscal não correr como o Governo prevê, teremos, lá para o segundo semestre, um novo "enorme aumento"? O fiscalista diz não ver, "para já, que haja alternativa" e, entre as propostas que faz, de alteração ao OE, começa mesmo por sugerir que se reveja a previsão de receita de ISP que, diz, "assume risco de não se verificar".

Samuel Fernandes de Almeida, advogado da Vieira de Almeida, coloca a tônica nas novidades fiscais para as empresas, desde logo nas alterações ao regime de "participation exemption", que, considera, vêm colocar o país numa "desvantagem competitiva" face a países como Espanha ou Holanda. A

diminuição do prazo de revisão oficiosa nos casos de autoliquidação de imposto (para o IRC e para o IVA, por exemplo), que passa de quatro para dois anos, é outra preocupação para o advogado, que sugere a eliminação da norma na proposta de OE.

O elevado número de alterações em matéria fiscal é, por outro lado, a crítica de Luís Leon, sócio da Deloitte. "O sistema fiscal português precisa de previsibilidade para atrair e reter investimento. É impossível fazer 'business plans' a cinco ou dez anos quando a lei fiscal muda anualmente e inclusivamente pode procurar aplicar-se a factos que já ocorreram", sublinha.

Este último ponto é partilhado pelos vários fiscalistas: o Governo preparar-se para aprovar um conjunto de normas com carácter interpretativo – são pelo menos 20, diz Samuel Fernandes de Almeida – o que significa que deverão aplicar-se a casos que estejam a ser dirimidos em tribunal ou nas situações em que o Fisco resolva fazer correcções aos impostos dos quatro anos anteriores. ■ **FILomena LANÇA**

“ “

Gostava de conhecer o modelo que prevê um aumento de 5% do investimento.



JOÃO DUQUE
Antigo presidente do ISEG

“ “

Como é que este orçamento responde ao principal problema da economia portuguesa, o desemprego?



NUNO TELES
Investigador da Universidade de Coimbra

“ “

Tenciona fazer alguma alteração à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso?



RICARDO ARROJA
Economista